



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS

Palácio da Justiça Rio Tocantins, Praça dos Girassóis, sn - Bairro Centro - CEP 77015007 - Palmas - TO -
<http://www.tjtojus.br>

PROCESSO 19.0.000003032-8
INTERESSADO DINFRA
ASSUNTO CONTRATAÇÃO DE SONDAAGEM À PERCUSSÃO

Projeto Básico Nº 25 / 2019 - PRESIDÊNCIA/DIGER/DINFR/DIVENG

CONTRATAÇÃO DE SONDAAGEM À PERCUSSÃO

PREÂMBULO

O presente projeto básico foi elaborado obedecendo ao disposto na Resolução nº 114 do CNJ de 20 de abril de 2010, e pela Lei Federal nº. 8.666/1993 e Lei Complementar Federal nº.123/2006. O certame destina-se a selecionar a proposta mais vantajosa, pelo **critério de julgamento do menor preço**.

1. OBJETO

Contratação de serviços especializados, com pessoa física ou jurídica, para sondagem à percussão nos terrenos propostos à construção do novo Fórum da Comarca de Paraíso do Tocantins e novo Fórum da Comarca de Gurupi, na forma adiante especificada.

1.1- LOCAL PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS: Os serviços serão executados no limite dos terrenos:

1.1.1 - Novo Fórum da Comarca de Paraíso do Tocantins: situado à Avenida Bernardo Sayão, Quadra nº 50A, Lote nº 03, Loteamento Jardim Paulista, Paraíso do Tocantins - TO;

Área do terreno: 9.972,94m²

1.1.2 - Novo Fórum da Comarca de Gurupi: situado à Quadra 05, Rua 03, esquina com Rua 07, do Loteamento Park Filó Moreira, Gurupi - TO;

Área do terreno: 9.725,44m²

2. OBJETIVO

Verificar a possibilidade de implantação dos novos prédios dos Fóruns da Comarca de Paraíso do Tocantins e Gurupi no tocante a resistência do solo e suas características. A Execução do respectivo prédio proporcionará aos servidores e usuários da Justiça uma edificação adequada às atividades desenvolvidas naquela serventia, com funcionalidade, conforto e segurança.

3. JUSTIFICATIVAS

Para cumprir o cronograma de construções dos novos Fóruns da Comarca de Paraíso do Tocantins e Gurupi, será necessário o levantamento de informações técnicas sobre o terreno de propriedade deste Tribunal de Justiça nos municípios de Paraíso do Tocantins e Gurupi, com o objetivo de fornecer informações sobre o solo para auxiliar a escolha da melhor fundação a ser utilizada na construção dos referidos prédios.

I. CONTEÚDO TÉCNICO

4. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1 INVESTIGAÇÕES GEOTÉCNICAS

Reconhecimento geotécnico dos terrenos relacionado a seguir, composto por, no mínimo, 8 (oito) furos de sondagens a percussão (em cada terreno), e demais procedimentos que se julguem necessários para se determinar as características de resistência do solo em conformidade com as normas da ABNT, fornecendo informações uso posterior na elaboração dos projetos de fundações e estrutura de concreto armado das edificações composta por um pavimentos com 2.488,22m² de área construída para Comarca de Paraíso do Tocantins e uma área aproximada de 9.435,30m² para construção do novo Fórum da Comarca de Gurupi.

Será apresentado em forma de relatório contendo perfis de sondagem à percussão, planta de locação dos furos e fotografia das amostras do solo

colhidas no local. Todos os documentos deverão ser devidamente assinados pelo autor e acompanhados das Anotações de Responsabilidade Técnica correspondentes.

- Norma Técnica NBR-6484/01 - Solo - "Sondagens de Simples Reconhecimento dos Solos".

A Sondagem a Percussão - SPT (Standard Penetration Test) tem por objetivo medir a resistência do solo, obtenção de amostras para a determinação do perfil estratigráfico do solo, observação do nível do lençol freático, além de possibilitar a execução de vários ensaios In Situ aproveitando-se a perfuração.

II. DIRETRIZES PARA MONTAGEM DO PLANO DE CONTRATAÇÃO

5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Os serviços deverão ser contratados com pessoa física ou jurídica, especializada em serviços de sondagem à percussão.

O responsável técnico pelos serviços deverá comprovar aptidão para atuação profissional, através da apresentação de certidão de registro e quitação com o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia.

Para fins de qualificação técnica e comprovação de experiência anterior com a execução de serviços similares ao objeto deste projeto básico, deverá ser exigida uma cópia de Anotação de Responsabilidade Técnica que se refira a serviço de sondagem em nome do profissional que será o responsável técnico.

6. OBRIGAÇÕES DAS PARTES

6.1 - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

6.1.1 - Expedir, através da Diretoria de Infraestrutura e Obras a Ordem de Serviço no prazo, máximo, de 5 (cinco) dias, contados a partir da assinatura do instrumento contratual;

b) Orientar a CONTRATADA acerca da correta execução dos serviços contratados e autorizar o acesso de seu pessoal aos locais de trabalho;

c) Dar conhecimento à CONTRATADA acerca das normas estabelecidas para carga e descarga de materiais, horário de trabalho e demais condições exigidas;

d) manter atualizados os documentos próprios dos registros de serviços que tenham sido realizados pela CONTRATADA;

6.2 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

a) realizar o objeto nas condições, preços e prazos pactuados, nos termos do edital da licitação, seus Anexos e sua proposta;

b) providenciar, quando necessário e às suas custas, documentação e licenças para a execução dos serviços, taxas incidentes, matrícula específica para os serviços e o certificado de taxa de contribuição para acidentes de trabalho, junto aos órgãos competentes;

c) anotar os serviços junto ao CREA/TO, na forma da legislação pertinente;

d) cumprir e fazer cumprir todas as normas sobre medicina e segurança do trabalho;

e) comunicar imediatamente ao contratante eventuais inconsistências dos projetos em relação às normas técnicas e legislação vigente;

f) arcar com todas as despesas decorrentes do Contrato, incluindo mão-de-obra, distribuição, seguros, tributos e demais encargos incidentes sobre os serviços contratados;

g) responsabilizar-se pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e ainda, por quaisquer prejuízos que sejam causados por estes ao contratante ou a terceiros;

h) responder por quaisquer compromissos assumidos com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato;

i) sujeitar-se à ampla e irrestrita fiscalização por parte do CONTRATANTE, cabendo-lhe prestar todos os esclarecimentos solicitados e acatar reclamações formuladas;

j) arcar com todos os encargos de natureza trabalhista, previdenciária, acidentária, tributária, administrativa e civil decorrentes da execução dos

serviços objeto do contrato;

k) manter durante toda a execução do Contrato todas as condições de habilitação e qualificação, exigidas para a contratação, nos termos da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores.

7. PRAZO PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

O início dos trabalhos deverá ocorrer imediatamente após o recebimento da Ordem de Serviço. O prazo total para execução dos trabalhos é de 30 (trinta) dias corridos.

8. GESTÃO DA OBRA E FISCALIZAÇÃO

8.1. A gestão e fiscalização ficarão a cargo da Diretoria de Infraestrutura e Obras;

8.2. A atuação ou a eventual omissão da fiscalização durante a realização dos trabalhos não poderá ser invocada para eximir o CONTRATADO da responsabilidade na prestação dos serviços;

8.3. O atesto será realizado pelo gestor, desde que o objeto esteja em conformidade com as exigências e que não haja impeditivo imputáveis ao CONTRATADO;

8.4. O gestor deverá prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATADO;

8.5. Cabe ao gestor zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pelas partes, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;

8.6. A fiscalização será sob o aspecto qualitativo e quantitativo, devendo ser anotado, em registro próprio as falhas detectadas, e comunicadas ao CONTRATADO todas as ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas por parte desta;

8.7. Todos os atos emanados pelo gestor serão considerados como se fossem praticados pela CONTRATANTE;

8.8. A comunicação entre o fiscal e o CONTRATADO será realizada por meio de correspondência oficial e anotações ou registros no mesmo processo que tratam da contratação do objeto;

8.9. Quando houver necessidade, o gestor deverá emitir notificações ao CONTRATADO;

8.10. Demais atribuições e responsabilidades do gestor de contratos no âmbito do TJ-TO estão disciplinadas pelo Decreto Judiciário n°. 291/2009 e Portaria n°. 255/2009 TJ-TO, de 22 de maio de 2009, (DJe nº 2210).

9. PAGAMENTO

9.1. O CONTRATADO deverá, obrigatoriamente, apresentar nota fiscal correspondente aos serviços efetivamente executados;

9.2. Sobre o documento fiscal incidirão os tributos legalmente instituídos e as multas que eventualmente vierem a ser aplicadas. Sendo a licitante vencedora isenta ou beneficiária de redução de alíquota de qualquer imposto, taxa ou de contribuição social ou ainda optante pelo SIMPLES, deverá apresentar junto com a fatura, cópia do comprovante respectivo.

9.3. O Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins reserva-se o direito de não atestar a nota fiscal para o pagamento, se os dados constantes da mesma estiverem em desacordo com os dados do CONTRATADO ou, ainda, se o serviço prestado não estiver em conformidade com as especificações apresentadas neste Termo de Referência, ficando o pagamento suspenso até a regularização;

9.4. O atesto do gestor do contrato na nota fiscal, ou por meio de documento no Sistema Eletrônico de Informações - SEI, é condição indispensável para o pagamento desta;

9.5. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data do protocolo da nota, sendo que, recaindo sobre dias não úteis, o termo final será prorrogado para o dia útil subsequente;

9.6. O CNPJ constante da nota fiscal deverá ser o mesmo indicado na proposta, nota de empenho e vinculado à conta corrente do CONTRATADO;

9.7. Ocorrendo atraso no pagamento, e desde que tal não tenha concorrido de alguma forma a adjudicatária, haverá incidência de atualização monetária sobre o valor devido, pela variação acumulada do índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI), coluna 2, publicado pela FGV, ocorrida entre a data final prevista para o pagamento e a data de sua efetiva realização;

9.8. Todos os atos inerentes ao presente processo obedecerão às regras concernentes ao Sistema de Eletrônico de Informação do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins - SEI.

10. DA SUBCONTRATAÇÃO

10.1. Não será permitida a subcontratação dos serviços sem a autorização expressa do Tribunal de Justiça, onde são expressamente vedadas à CONTRATADA:

10.2. A subcontratação total para a execução do objeto deste contrato.

Art. 72 da Lei Federal nº 8.666/93: O contrato, na execução do contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, poderá subcontratar partes da obra, serviço ou fornecimento, até o limite admitido, em cada caso, pelo TJTO.

11. REGIME

O serviço será contratado sob o regime de menor preço, em conformidade com o disposto na Lei nº 8.666/1993.

12. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Será fornecido pelo Tribunal de Justiça uma planta com a locação dos furos de sondagem nos terrenos (Anexo I e II).

As plantas e memoriais deverão ser fornecidos em uma via impressa em papel sulfite, assinada, e uma cópia em CD-ROM, no formato compatível com AutoCAD 2014, ou versão anterior. O tamanho máximo para as pranchas de desenhos técnicos será o formato A1.



Documento assinado eletronicamente por **Luciano Moura, Engenheiro**, em 06/02/2019, às 10:36, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no link <http://sei.tjto.jus.br/verifica/> informando o código verificador **2407192** e o código CRC **0AB90D9B**.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS

Palácio da Justiça Rio Tocantins, Praça dos Girassóis, sn - Bairro Centro - CEP 77015007 - Palmas - TO -
<http://www.tjto.jus.br>
Tribunal de Justiça

PROCESSO 19.0.000003032-8

INTERESSADO DINFRA

ASSUNTO Contratação de empresa especializada em sondagem do solo para a construção dos Fóruns de Paraíso e Gurupi-TO.

Decisão Nº 917 / 2019 - PRESIDÊNCIA/DIGER/ASJUADMDG

Cuida-se de procedimento licitatório para a contratação de serviços especializados para sondagem à percussão nos terrenos propostos à construção do novo Fórum da Comarca de Paraíso do Tocantins e do novo Fórum da Comarca de Gurupi-TO.

Tendo em vista os fundamentos expendidos pela **ASJUADMDG** (evento 2479422), as informações prestadas pela **CCOMPRAS** (evento 2455523 e), bem assim a existência de reserva orçamentária (eventos 2436475 e 2458151), no exercício das atribuições, conferidas pelo artigo 1º, inciso IX, do Decreto Judiciário 99/2013 (Publicado no Diário de Justiça 3045, de 07/02/2013), **DECLARO A DISPENSA DE LICITAÇÃO**, em razão do valor, de acordo com o artigo 24, inciso II, da Lei 8.666/93, visando à contratação da empresa **SIG-SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA E GEOTECNIA LTDA**, para sondagem à percussão nos terrenos propostos à construção do novo Fórum da Comarca de Paraíso do Tocantins e do novo Fórum da Comarca de Gurupi-TO, no valor total de R\$ 14.400,00 (quatorze mil e quatrocentos reais), conforme proposta acostada ao evento 2407604.

Encaminhem-se os autos sucessivamente à:

1. **SPADG** para publicação desta Decisão;
2. **DCC** para a coleta de assinaturas e publicação do extrato e demais providências, relacionadas à formalização do instrumento contratual;
3. **DIFIN** para emissão da respectiva Nota de Empenho e ajustes na reserva orçamentária, observando-se os valores contidos na informação **CCOMPRAS** (evento 2477802).

Concomitante, à **DINFR** para ciência e acompanhamento.



Documento assinado eletronicamente por **Jonas Demostene Ramos**,
Diretor Geral, em 18/03/2019, às 18:10, conforme art. 1º, III, "b", da Lei
11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no link
<http://sei.tjto.jus.br/verifica/> informando o código verificador **2479638** e o
código CRC **30CB30C0**.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
Palácio da Justiça Rio Tocantins, Praça dos Girassóis, sn - Bairro Centro - CEP 77015007 - Palmas - TO -
<http://www.tjto.jus.br>
Tribunal de Justiça

Contrato Nº 25/2019 - PRESIDÊNCIA/DIGER/DIADM/DCC

DISPENSA DE LICITAÇÃO PROCESSO 19.0.000003032-8

CONTRATO QUE CELEBRAM ENTRE SI O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS E A EMPRESA SIG- SERVICOS DE INFRA-ESTRUTURA E GEOTECNIA - LTDA.

Pelo presente Instrumento e na melhor forma de direito, o **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 25.053.190/0001-36, com sede na Praça dos Girassóis, s/nº, centro, em Palmas/TO, neste ato representado por seu Diretor-Geral, o Senhor **JONAS DEMOSTENE RAMOS**, brasileiro, portador do RG nº. 2.257.484-1 - SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob o nº. 455.662.839-34, residente e domiciliado nesta capital, doravante designado **CONTRATANTE** e, de outro lado, a Empresa **SIG-SERVICOS DE INFRA-ESTRUTURA E GEOTECNIA - LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 04.003.464/0001-02, com sede Av. Mamede Bucar, Quadra 6, Lote 9, Parque Industrial Álvaro Milhomem, Paraíso do Tocantins/TO, Telefones: (63) 3361-2424; Celular: (63) 98405-6262, *email: sigplusto@gmail.com*, doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada por seu Sócio/Administrador, o Senhor **JOCÉLIO CABRAL MENDONÇA**, brasileiro, engenheiro civil, portador do RG nº 26.216 2ª Via - SSP/TO, inscrito no CPF/MF sob o nº 587.343.681-91, têm entre si, justo e avençado o presente Contrato, observadas as disposições da Lei nº 8.666/1993, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

1.1. O presente Instrumento tem por objeto a contratação de serviços especializados para sondagem à percussão nos terrenos propostos à construção do novo Fórum da Comarca de Paraíso do Tocantins e novo Fórum da Comarca de Gurupi.

1.2. A execução dos serviços antes citados obedecerá ao estipulado neste Contrato, bem como as disposições dos documentos adiante enumerados, constantes do Processo Administrativo 19.0.000003032-8 do **CONTRATANTE**, e que, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste, no que não o contrariarem. São eles:

1.2.1. O Projeto Básico constante no Processo Administrativo acima epigrafado;

1.2.2. O Ato de declaração de Dispensa de Licitação;

1.2.3. A Proposta de Preços e documentos que o acompanham, firmada pela CONTRATADA em 6 de fevereiro de 2019.

1.3. A presente contratação é objeto de Dispensa de Licitação, de acordo com o disposto no art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666/1993.

1.4. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem, até 25 % (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato.

1.5. Nenhum acréscimo poderá exceder os limites estabelecidos no item anterior, salvo as supressões que poderão exceder os limites legais, quando acordada entre as Partes.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS:

2.1. Reconhecimento geotécnico dos terrenos relacionados a seguir, composto por, no mínimo, 8 (oito) furos de sondagens a percussão (em cada terreno), e demais procedimentos que se julguem necessários para se determinar as características de resistência do solo em conformidade com as normas da ABNT, fornecendo informações uso posterior na elaboração dos projetos de fundações e estrutura de concreto armado das edificações composta por um pavimentos com 2.488,22m² de área construída para Comarca de Paraíso do Tocantins e uma área aproximada de 9.435,30m² para construção do novo Fórum da Comarca de Gurupi.

2.2. Será apresentado em forma de relatório contendo perfis de sondagem à percussão, planta de locação dos furos e fotografia das amostras do solo colhidas no local. Todos os documentos deverão ser devidamente assinados pelo autor e acompanhados das Anotações de Responsabilidade Técnicas correspondentes.

2.3. Norma Técnica NBR-6484/01 - Solo - "Sondagens de Simples Reconhecimento dos Solos".

2.3.1. A Sondagem a Percussão - SPT (Standard Penetration Test) tem por objetivo medir a resistência do solo, obtenção de amostras para a determinação do perfil estratigráfico do solo, observação do nível do lençol freático, além de possibilitar a execução de vários ensaios In Situ aproveitando-se a perfuração.

2.4. Para execução dos serviços o CONTRATANTE fornecerá a CONTRATADA:

2.4.1. Uma planta com a locação dos furos de sondagem nos terrenos;

2.4.2. As plantas e memoriais deverão ser fornecidos em uma via impressa em papel sulfite, assinada, e uma cópia em CD-ROM, no formato compatível com AutoCAD 2014, ou versão anterior. O tamanho máximo para as pranchas de desenhos técnicos será o formato A1.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO LOCAL E PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

3.1. Local de execução dos serviços:

3.1.1. Os serviços serão executados no limite dos terrenos:

3.1.1.1. Novo Fórum da Comarca de Paraíso do Tocantins: situado na Avenida Bernardo Sayão, Quadra nº 50A, Lote nº 03, Loteamento Jardim Paulista, Paraíso do Tocantins - TO, o terreno no qual será executado os serviços possui área: 9.972,94m² e;

3.1.1.2. Novo Fórum da Comarca de Gurupi: situado na Quadra 05, Rua 03, esquina com Rua 07, do Loteamento Park Filó Moreira, Gurupi - TO, o terreno no qual será executado os serviços possui área: 9.725,44m².

3.2. Prazo de execução dos serviços:

3.2.1. O início dos trabalhos deverá ocorrer imediatamente após o recebimento da Ordem de Serviço. O prazo total para execução dos trabalhos é de 30 (trinta) dias corridos.

CLÁUSULA QUARTA - DO RECEBIMENTO:

4.1. Os Serviços objeto deste Contrato serão recebidos pelo gestor de acordo com as disposições estabelecidas no *inciso I, alíneas "a" e "b", do artigo 73, da Lei 8.666/93.*

4.2. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança dos serviços prestados, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

4.3. A CONTRATADA é obrigada a reparar, corrigir, remover, republicar, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções na publicação dos atos enviados pelo CONTRATANTE.

CLÁUSULA QUINTA - DO VALOR:

5.1. O ordinário do presente Instrumento fica ajustado em **R\$ 14.400,00 (quatorze mil e quatrocentos reais)**, compreendendo todas as despesas e custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução deste Contrato.

CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

6.1. As despesas com a execução do objeto deste Contrato correrá à conta da Dotação Orçamentária consignada:

Unidade Gestora: 05010 - Tribunal de Justiça

Classificação Orçamentária: 05010. 02.061.1145.1101

Natureza de Despesa: 44.90.51

Fonte de Recursos: 0100

6.2. As despesas inerentes à execução deste Contrato serão liquidadas por meio da Nota de Empenho que será emitida à conta da dotação orçamentária especificada nesta Cláusula.

6.3. A CONTRATADA emitirá Nota Fiscal em observância à unidade gestora emissora da nota de empenho que albergou a contratação dos serviços.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PAGAMENTO:

7.1. A CONTRATADA deverá, obrigatoriamente, apresentar nota fiscal correspondente aos serviços efetivamente executado.

7.2. Sobre o documento fiscal incidirão os tributos legalmente instituídos e as multas que eventualmente vierem a ser aplicadas. Sendo a CONTRATADA isenta ou beneficiária de redução de alíquota de qualquer imposto, taxa ou de

contribuição social ou ainda optante pelo SIMPLES, deverá apresentar junto com a fatura, cópia do comprovante respectivo.

7.3. O CONTRATANTE reserva-se o direito de não atestar a nota fiscal para o pagamento, se os dados constantes da mesma estiverem em desacordo com os dados da CONTRATADA ou, ainda, se o serviço prestado não estiverem em conformidades com as especificações apresentadas neste Instrumento e no Termo de Referência, ficando o pagamento suspenso até a regularização.

7.4. O atesto é condição indispensável para o pagamento dos serviços e será realizado pelo gestor do contrato, podendo ocorrer na própria nota fiscal, ou por meio de inserção de informação no Sistema Eletrônico de Informações - SEI, do CONTRATANTE.

7.5. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data do protocolo da nota, sendo que, recaindo sobre dias não úteis, o termo final será prorrogado para o dia útil subsequente: **Banco Cooperativo do Brasil, Agência nº 3263-8, Conta Corrente nº 1.011-1.**

7.6. O CNPJ constante da nota fiscal deverá ser o mesmo indicado na proposta, nota de empenho e vinculado à conta corrente da CONTRATADA.

7.7. Ocorrendo atraso no pagamento, e desde que tal não tenha concorrido de alguma forma a CONTRATADA, haverá incidência de atualização monetária sobre o valor devido, pela variação acumulada do índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI), coluna 2, publicado pela FGV, ocorrida entre a data final prevista para o pagamento e a data de sua efetiva realização.

7.8. Todos os atos inerentes ao presente processo obedecerão às regras concernentes ao Sistema de Eletrônico de Informações - SEI do CONTRATANTE.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

8.1. A CONTRATADA obriga-se-á:

8.1.1. Observar as leis, decretos, regulamentos, portarias e normas federais, estaduais e municipais direta e indiretamente aplicáveis ao objeto deste Contrato;

8.1.2. Executar o objeto nas condições, preços e prazos pactuados, neste Instrumento, Projeto Básico e na Proposta de Preços;

8.1.3. Providenciar, quando necessário e às suas custas, documentação e licenças para a execução dos serviços, taxas incidentes, matrícula específica para os serviços e o certificado de taxa de contribuição para acidentes de trabalho, junto aos órgãos competentes;

8.1.4. Anotar os serviços junto ao CREA/TO, na forma da legislação pertinente;

8.1.5. Cumprir e fazer cumprir todas as normas sobre medicina e segurança do trabalho;

8.1.6. Comunicar imediatamente ao contratante eventuais inconsistências dos projetos em relação às normas técnicas e legislação vigente;

8.1.7. Arcar com todas as despesas decorrentes deste Contrato, incluindo mão-de-obra, distribuição, seguros, tributos e demais encargos incidentes sobre os serviços contratados;

8.1.8. Responsabilizar-se pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e ainda, por quaisquer prejuízos que sejam causados por estes ao contratante ou a terceiros;

8.1.9. Responder por quaisquer compromissos assumidos com terceiros, ainda que vinculados à execução deste Contrato;

8.1.10. Sujeitar-se à ampla e irrestrita fiscalização por parte do CONTRATANTE, cabendo-lhe prestar todos os esclarecimentos solicitados e acatar reclamações formuladas;

8.1.11. Arcar com todos os encargos de natureza trabalhista, previdenciária, acidentária, tributária, administrativa e civil decorrentes da execução dos serviços objeto deste Contrato;

8.1.12. Manter durante toda a execução do Contrato todas as condições de habilitação e qualificação, exigidas para a contratação, nos termos da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

9.1. O CONTRATANTE obrigar-se-á:

9.1.1. Observar as leis, decretos, regulamentos, portarias e normas federais, estaduais e municipais direta e indiretamente aplicáveis ao objeto deste Contrato;

9.1.2. Responsabilizar-se pela lavratura do respectivo Contrato, com base nas disposições da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores;

9.1.3. Expedir, por meio da Diretoria de Infraestrutura e Obras a Ordem de Serviço no prazo, máximo, de 5 (cinco) dias, contados a partir da assinatura deste Instrumento;

9.1.4. Orientar a CONTRATADA acerca da correta execução dos serviços contratados e autorizar o acesso de seu pessoal aos locais de trabalho;

9.1.5. Dar conhecimento à CONTRATADA acerca das normas estabelecidas para carga e descarga de materiais, horário de trabalho e demais condições exigidas;

9.1.6. Manter atualizados os documentos próprios dos registros de serviços que tenham sido realizados pela CONTRATADA;

9.1.7. Assegurar os recursos orçamentários e financeiros para custear a execução do objeto deste Contrato;

9.1.8. Processar e liquidar a fatura correspondente ao valor do serviço prestado, por meio de Ordem Bancária, após a confirmação da execução dos serviços pela unidade responsável por esta atribuição e pelo fiscal do Contrato;

9.1.8. Comunicar imediatamente à CONTRATADA qualquer incorreção apresentada com os serviços executados;

9.1.9. Fiscalizar a execução do Contrato, por meio de servidor especialmente designado, sendo permitida a assistência de terceiros, conforme dispõe o art. 67 da Lei 8.666/93;

9.1.10. Zelar para que durante a vigência deste Contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas por parte da CONTRATADA, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para contratação.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

10.1. Nos termos do art. 87 da Lei nº. 8.666/93, pela inexecução total ou

parcial das condições estabelecidas neste Instrumento, bem como no Projeto Básico, o CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa da CONTRATADA, que deverá ser apresentada no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da sua notificação, aplicar, sem prejuízo das responsabilidades penal e civil, as seguintes sanções:

- a) Advertência, por escrito, quando a CONTRATADA deixar de atender q uaisquer indicações aqui constantes;
- b) Multa compensatória/indenizatória no percentual de 5% (cinco por ce nto) calculado sobre o valor do Contrato;
- c) Suspensão temporária de participação e impedimento de contratar co m o CONTRATANTE, pelo prazo de até 02 (dois) anos; e
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administr ação Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da puniçã o ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATA DA ressarcir o CONTRATANTE pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

10.2. Na hipótese de atraso no cumprimento de quaisquer obrigações assumidas pela CONTRATADA, a esta será aplicada multa moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) sobre o valor do contrato ou instrumento equivalente, por dia de atraso, limitada a 10% (dez por cento) do valor inadimplido;

10.3. O valor da multa aplicada (tanto compensatória quanto moratória) deverá ser recolhido ao Fundo de Modernização e Aprimoramento do Poder Judiciário - Funjuris, dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis após a respectiva notificação;

10.4. Caso não seja paga no prazo previsto no subitem anterior, a multa será descontada por ocasião do pagamento posterior a ser efetuado pelo CONTRATANTE ou cobrada judicialmente;

10.5. Além das penalidades citadas, a CONTRATADA ficará sujeita, ainda, no que couber, às demais penalidades referidas no Capítulo IV, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO:

11.1. O presente Instrumento poderá ser rescindido:

- a) Por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII e XVIII do art. 78, da Lei 8.666/93;
- b) Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no resp ectivo procedimento administrativo, desde que haja conveniência para a Administração; ou
- c) Judicialmente, nos termos da Lei.

Parágrafo Único - No caso de rescisão amigável, a parte que pretender rescindir o Contrato comunicará sua intenção à outra, por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA VINCULAÇÃO:

12.1. O presente Contrato vincula-se em sua integralidade aos termos

constantes do Ato que declarou a Dispensa de Licitação, bem como aos autos nº 19.0.000003032-8.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA LEGISLAÇÃO E CASOS OMISSOS:

13.1. O presente Instrumento, inclusive os casos omissos, regula-se pelas disposições da Lei nº 8.666/1993 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA SUBCONTRATAÇÃO:

14.1. Não será permitida a subcontratação dos serviços sem a autorização expressa do CONTRATANTE, onde são expressamente vedadas à CONTRATADA:

14.1. A subcontratação total para a execução do objeto deste Contrato.

14.2. Nos termos do art. 72 da Lei Federal nº 8.666/93: A CONTRATADA, na execução do contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, poderá subcontratar partes da obra, serviço ou fornecimento, até o limite admitido, em cada caso, pelo CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA VIGÊNCIA:

15.1. Este Contrato terá início a partir da data de sua assinatura e a vigência adstrita ao crédito orçamentário do exercício de 2019.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA PUBLICAÇÃO:

16.1. A publicação resumida do presente Contrato no Diário da Justiça Eletrônico - DJE, que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo CONTRATANTE, nos termos do parágrafo único do artigo 61 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO:

17.1. A gestão e fiscalização deste Contrato ficarão a cargo da Diretoria de Infraestrutura e Obras do CONTRATANTE.

17.2. A atuação ou a eventual omissão da fiscalização durante a realização dos trabalhos não poderá ser invocada para eximir a CONTRATADA da responsabilidade na prestação dos serviços.

17.3. O atesto será realizado pelo gestor, desde que os serviços prestados estejam em conformidade com as exigências e que não haja fatos impeditivos imputáveis à CONTRATADA.

17.4. O gestor deverá prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.

17.5. Cabe ao gestor zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pelas partes, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação.

17.6. A fiscalização será sob o aspecto qualitativo e quantitativo, devendo ser anotado, em registro próprio as falhas detectadas, e comunicadas à CONTRATADA todas as ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas por parte desta.

17.7. Todos os atos emanados pelo gestor serão considerados como se fossem praticados pelo CONTRATANTE.

17.8. A comunicação entre o fiscal e a CONTRATADA será realizada por meio de correspondência oficial e anotações ou registros no mesmo processo que tratam da contratação do objeto.

17.9. Quando houver necessidade, o gestor deverá emitir notificações a CONTRATADA.

17.10. Demais atribuições e responsabilidades do gestor de contratos no âmbito do CONTRATANTE estão disciplinadas pelo Decreto Judiciário n.º. 291/2009 e Portaria n.º. 255/2009 TJ-TO, de 22 de maio de 2009, (DJe n.º 2210).

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DAS VEDAÇÕES:

18.1. Conforme a Resolução n.º 07/2005 do CNJ, é vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO FORO:

19.1. Para dirimir todas as questões oriundas do presente Contrato fica eleito o Foro de Palmas - TO, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustado e contratado, firmam este Contrato, para que surta seus efeitos legais, por meio de assinatura eletrônica, utilizando-se do Sistema Eletrônico de Informações - SEI.



Documento assinado eletronicamente por **Jocelio Cabral Mendonca**, **Usuário Externo**, em 22/03/2019, às 12:46, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Jonas Demostene Ramos**, **Diretor Geral**, em 25/03/2019, às 16:52, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no link <http://sei.tjto.jus.br/verifica/> informando o código verificador **2481972** e o código CRC **0185EFBF**.